

# POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL no Brasil e na América do Sul: apresentação

Os processos de democratização política experimentados por diversos países da América do Sul, a partir da década de 1980, as novas formas de consumo e produção cultural, a globalização da economia e da cultura, as demandas por reconhecimento político das especificidades culturais de grupos e comunidades e as redefinições nos sentidos atribuídos ao patrimônio e às identidades em diversas escalas produziram um contexto favorável à recomposição da agenda social da cidadania e à reconstrução das pautas educacionais em variadas escalas.

No bojo dessas transformações, a educação patrimonial crescentemente tem ocupado espaço nas políticas e nos processos educacionais no Brasil e na América do Sul. Organizações internacionais, setores de Estado, instituições de ensino, museus, instituições culturais de natureza pública e privada ampliam suas intervenções nesse campo de ação, bem como, nos meios acadêmicos, há um progressivo interesse interdisciplinar em perscrutar as interfaces contemporâneas entre educação e patrimônio cultural. Adicione-se a tal diagnóstico um notável deslocamento na semântica dessas políticas, qual seja: de processos mono-identitários orientados pela consolidação da unidade nacional para processos multi-identitários orientados por processos de reconhecimento e novas atribuições valorativas à diversidade.

Nesse sentido, o presente dossiê visa apresentar artigos científicos que contribuam na elaboração de um diagnóstico ampliado sobre a educação patrimonial no Brasil e na América do Sul. A compilação apresenta produções escritas derivadas de investigações sistemáticas sobre o assunto e relatos e reflexões científicas oriundos de experiências institucionais relevantes para os referidos contextos nacionais. Em um momento de ampliação conceitual do debate sobre educação patrimonial, o conjunto dos artigos evidencia um mosaico de orientações teóricas e metodológicas. Para além da qualificada produção intelectual, esse dossiê objetiva ainda visibilizar e mobilizar uma rede de interlocuções acadêmicas de pesquisadores engajados em propostas de pesquisa ou sistematização de experiências no âmbito da educação patrimonial.

No primeiro artigo, *Desafios para um nova Educação Patrimonial*, Simone Scifone, ao constatar a inexistência de uma base teórica consistente para superar leituras mais tradicionais em seu campo de estudo, apresenta um conjunto de proposições teóricas com o objetivo de provocar a

renovação do pensamento sobre educação patrimonial no Brasil. A autora busca refletir sobre os limites e as possibilidades das referidas ações em seu contexto nacional. Na sequência, ainda sobre a realidade brasileira, Rodrigo Manoel Dias da Silva parte da constatação de que, na atualidade, há uma ressignificação nos sentidos e nos usos sociopolíticos atribuídos aos patrimônios culturais, inscritos, com frequência, em uma ambivalência entre dinâmicas de desenvolvimento econômico e processos de afirmação identitária. No artigo “Narrativas identitárias e educação patrimonial no Brasil”, o autor examina o estado atual da educação patrimonial no contexto de duas cidades brasileiras que sofreram processo de patrimonialização cultural.

O terceiro artigo, “Implementación y evaluación del Programa de Educación Patrimonial – *PEPA*”, apresenta e discute uma das principais experiências em educação patrimonial no Chile, cuja denominação está enunciada em seu título. Neste, Gianina Sánchez Vega e Desiree Román Ponce caracterizam a ação promovida pelo Conselho de Monumentos Nacionais e, mediante utilização de investigação sistemática, analisam e avaliam a implementação do programa. No artigo “Experiencias de animación sociocultural y voluntariado impulsadas por el Programa Académico de Gestión Cultural en la Universidad de Piura – Peru”, Diana Aguirre Manrique expõe o projeto “Alma Tallán”, criado em 2013, como uma ferramenta de animação sociocultural para incentivar a participação da comunidade na salvaguarda do patrimônio local. Segundo a autora, a participação da população nas atividades culturais e nas proposições educacionais consolidam o patrimônio como um recurso para a coesão social e para novas formas de solidariedade.

Na continuidade, Bianca Vienni, David Barreiro e Camila Gianotti oferecem o artigo “Las redes de práctica como espacios educativos integrales: la red TRAMA3”. O texto examina as contribuições da Rede de Ação Multivocal Arqueologia, Antropologia e Meio Ambiente (TRAMA3) no Uruguai, na qual o patrimônio ambiental é concebido como um eixo e como um campo transdisciplinar de pesquisa e de ação. O sexto artigo, “Aprendizaje dialógico y apropiación del patrimonio cultural: una educación patrimonial sostenida en hombros de gigantes”, de Zaida García Valecillo, propõe uma abordagem para a educação patrimonial como ferramenta para a gestão do patrimônio cultural com base em teorias que enfatizam o diálogo, a apropriação social do patrimônio e seu posterior empoderamento. Para tal, revisa as contribuições de Paulo Freire, Jürgen Habermas e Ramón Flecha para uma rediscussão das concepções de educação patrimonial. Por fim, Carlos Rendón, no artigo “Algo en común”, discorre sobre questões patrimoniais, em perspectiva teórica. Segundo o autor, a cultura deve ser tratada como uma estratégia de diálogo entre arte e comunidade, consolidando uma concepção de ser humano, de suas experiências e de sua vida

cotidiana. Essa reflexão parte da reflexão realizada na área de Museo y Territorios no Museo de Antioquia, na Colômbia.

A presente compilação intenciona contribuir, em suma, para a qualificação dos debates sobre educação patrimonial na América do Sul. Ao considerar abordagens múltiplas, o conjunto dos artigos procura evidenciar a superação das dicotomias que antagonizam as políticas e as práticas em Educação e destacar que as experiências em educação patrimonial se diversificam na mesma razão em são engendradas desde contextos de diversidade. Neste sentido, refutamos a ideia de celebração da diversidade, a qual, na maioria das situações que investigamos, apenas reiteram a mercantilização da memória, dos patrimônios e das formas simbólicas de viver. Tal simplificação faz-se obstáculo para a produção de políticas culturais alicerçadas na afirmação da convivência entre sujeitos e culturas diferentes. Em sociedades que se pretendam democráticas ou interculturais, refletir sobre educação patrimonial requer abordagens multidimensionais e atentas a seus desdobramentos históricos, sociopolíticos e culturais.

Boa leitura a todos!

*Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva* (Unisinos, Brasil)  
*Profa. Dra. Zaida García Valecillo* (UPEL, Venezuela)

*Submetido em: Ago. 2016*  
*Aprovado em: Dez. 2016*